

Fase 1 da Agenda 21 Local de Torres Vedras

DOCUMENTO BASE SOBRE O ESTADO DA SITUAÇÃO ACTUAL

Caracterização do Estado do Desenvolvimento no Contexto dos Compromissos de Aalborg

Elaborado para a
Câmara Municipal de Torres Vedras

Por

CIVITAS/DCEA/FCT/UNL

Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa

Fevereiro de 2007



FICHA TÉCNICA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS

Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Tel. 212949664

<http://civitas.dcea.fct.unl.pt>

e-mail: civitas@fct.unl.pt

Prof. Doutor João Farinha

Eng.^a Carmen Quaresma

Eng. Joel Amorim

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.....	1
1. COMPROMISSO 1: GOVERNÂNCIA	3
1.1. Continuar a Desenvolver uma Perspectiva Comum e de Longo Prazo para o Desenvolvimento Sustentável	3
1.2. Fomentar a Capacidade de Participação e de Acção para o Desenvolvimento Sustentável na Sociedade Civil e na Administração Pública	4
1.3. Apelar a todos os Sectores da Sociedade Civil para a Participação efectiva nos Processos de Decisão.....	4
1.4. Tornar as Nossas Decisões Claras, Rigorosas e Transparentes	5
1.5. Cooperar Efectivamente e em Parcerias com Municípios Vizinhos, outras Cidades e Vilas e outros Níveis de Administração	5
2. COMPROMISSO 2: GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE	6
2.1. Reforçar os Processos de Agenda 21 Local, ou outros, com vista ao Desenvolvimento Sustentável e Integrá-los, de forma Plena, no Funcionamento da Administração Local	6
2.2. Realizar uma Gestão Integrada para a Sustentabilidade, baseada no Princípio da Precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.	7
2.3. Estabelecer Metas e Prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um Programa de Monitorização destes Compromissos.....	7
2.4. Assegurar a Importância das Questões de Sustentabilidade nos Processos de Decisão a nível Urbano, bem como uma Atribuição de Recursos baseada em Critérios de Sustentabilidade sólidos e abrangentes	7
2.5. Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas Redes de Cidades para Monitorizar e Avaliar o nosso Progresso tendo em vista alcançar as Metas de Sustentabilidade estabelecidas	8
3. COMPROMISSO 3: BENS COMUNS NATURAIS.....	9
3.1. Reduzir o Consumo de Energia Primária e Aumentar a Parte de Energias Renováveis nesse Consumo.....	9
3.2. Melhorar a Qualidade da Água, Poupar Água e Usar Água mais Eficientemente	10
3.3. Promover e Aumentar a Biodiversidade e Alargar e Cuidar de Áreas Naturais Especiais e de Espaços Verdes	11
3.4. Melhorar a Qualidade do Solo, Preservar Terrenos Ecologicamente Produtivos e Promover a Agricultura e a Florestação Sustentáveis	13
3.5. Melhorar a Qualidade do Ar	14
4. COMPROMISSO 4: CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA ..	16
4.1. Evitar e Reduzir os Resíduos e Aumentar a Reutilização e a Reciclagem.....	16
4.2. Gerir e Tratar os Resíduos de Acordo com as Melhores Práticas	17
4.3. Evitar os Desperdícios de Energia e Melhorar a Eficiência Energética	17

4.4. Adotar uma Política Sustentável de Aquisição de Bens e Serviços	18
4.5. Promover Activamente a Produção e o Consumo Sustentáveis, em particular de Produtos com Rótulos Ambientais, Biológicos, Éticos e de Comércio Justo	19
5. COMPROMISSO 5: PLANEAMENTO E DESENHO URBANO	20
5.1. Reutilizar e Regenerar Áreas Abandonadas e Socialmente Degradadas	20
5.2. Evitar a Expansão Urbana, dando prioridade ao Desenvolvimento Urbano no Interior dos Aglomerados, através da Recuperação dos Espaços Urbanos Degradados e assegurando Densidades Urbanas Apropriadas.....	22
5.3. Assegurar a Compatibilidade de Usos ao nível dos Edifícios e Áreas Urbanas, com Equilíbrio entre Empregos, Habitação e Equipamentos, dando prioridade aos Usos Residenciais nos Centros das Cidades.	22
5.4. Assegurar uma adequada Conservação, Renovação e Utilização/ Reutilização do nosso Património Cultural Urbano.....	23
5.5. Adotar Critérios de Desenho Urbano e de Construção Sustentáveis e Promover a Arquitectura e as Tecnologias de Construção de Alta Qualidade.....	25
6. COMPROMISSO 6: MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO	26
6.1. Reduzir a Necessidade de Utilização do Transporte Individual Motorizado e Promover Modos de Transporte Alternativos, Viáveis e Acessíveis a Todos	26
6.2. Aumentar a Parte de Viagens Realizadas em Transportes Públicos, a Pé ou de Bicicleta	27
6.3. Encorajar a Transição para Veículos Menos Poluentes	27
6.4. Desenvolver um Plano de Mobilidade Urbana Integrado e Sustentável	27
6.5. Reduzir o Impacto dos Transportes sobre o Ambiente e a Saúde Pública.....	28
7. COMPROMISSO 7: ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE	29
7.1. Disseminar Informação no sentido de se Aumentar o Nível Geral dos Conhecimentos da População sobre os Factores Essenciais de uma Vida Saudável, a maioria dos quais se situa fora do Sector restrito da Saúde	29
7.2. Promover o Planeamento Urbano para o Desenvolvimento Saudável das nossas Cidades garantindo assim os Meios Indispensáveis para construir e manter Parcerias Estratégicas para a Promoção da Saúde	30
7.3. Aumentar a Equidade no Acesso à Saúde com Especial Atenção aos Pobres, o que requer a Elaboração regular de Relatórios sobre o Progresso conseguido na Redução das Disparidades.....	31
7.4. Promover Estudos de Avaliação de Impacte na Saúde, como meio de permitir a todos os Sectores de Actividade focar o seu Trabalho na melhoria da Saúde e da Qualidade de Vida	32
7.5. Motivar os Urbanistas para Integrarem Condicionantes de Saúde nas Estratégias de Planeamento e Desenho Urbano.....	32

8. COMPROMISSO 8: ECONOMIA DINÂMICA E SUSTENTÁVEL	33
8.1. Introduzir Medidas para Estimular o Emprego Local e a Formação de Empresas.....	33
8.2. Cooperar com o Tecido Empresarial Local para Promover e Implementar Boas Práticas Empresariais.....	33
8.3. Desenvolver e Implementar Princípios de Sustentabilidade para a Localização de Empresas	34
8.4. Encorajar o Mercado de Produtos Locais e Regionais de Alta Qualidade.....	34
8.5. Promover um Turismo Local e Sustentável	34
9. COMPROMISSO 9: EQUIDADE DE JUSTIÇA SOCIAL	35
9.1. Desenvolver e Implementar Programas para Prevenir e Reduzir a Pobreza	35
9.2. Assegurar o Acesso Equitativo aos Serviços Públicos, à Educação, a Oportunidades de Emprego, à Formação Profissional, à Informação e a Actividades Culturais.	36
9.3. Promover a Inclusão Social e a Igualdade entre os Géneros	38
9.4. Aumentar a Segurança da Comunidade	39
9.5. Garantir Habitação e Condições de Vida de Boa Qualidade e Socialmente Adequadas	39
10. COMPROMISSO 10: DO LOCAL PARA O GLOBAL	41
10.1. Elaborar e seguir uma abordagem Estratégica e Integrada para Minimizar as Alterações Climáticas e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de Emissões de Gases geradores do Efeito de Estufa	41
10.2. Integrar a Política de Protecção Climática nas nossas Políticas de Energia, de Transportes, de Consumo, de Resíduos, de Agricultura e de Florestas.....	42
10.3. Disseminar informação sobre as causas e os Impactes Prováveis das Alterações Climáticas, e integrar Medidas de Prevenção na nossa Política referente às Alterações Climáticas	42
10.4. Reduzir o nosso Impacto no Ambiente Global e Promover o Princípio da Justiça Ambiental	42
10.5. Reforçar a Cooperação Internacional de Vilas e Cidades e Desenvolver Respostas Locais para Problemas Globais em parceria com outros Governos Locais, Comunidades e outros Actores Relevantes	42
ANEXO I - AALBORG+10 Inspirando o Futuro	43
ANEXO II - OS COMPROMISSOS DE AALBORG	45

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente **Documento Base sobre o Estado da Situação Actual** visa responder de forma sistemática e integral à primeira etapa do estabelecido nos **Compromissos de Aalborg**. Por sua vez, os Compromissos de Aalborg representam a Fase 1 da Agenda 21 Local de Torres Vedras.

A Câmara Municipal de Torres Vedras deliberou aderir formalmente a este conjunto de compromissos para o desenvolvimento sustentável, que são dinamizados internacionalmente pela “Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis”. Trata-se de um movimento de âmbito Europeu dirigido explicitamente às autarquias locais que desejam aplicar boas práticas para o desenvolvimento sustentável e colocar-se na vanguarda dos processos de planeamento e gestão para a sustentabilidade.

Os Compromissos de Aalborg visam ajudar as autarquias, e os seus parceiros, a trabalhar no sentido de conseguirem cidades, vilas e comunidades locais inclusivas, prósperas, criativas e sustentáveis que proporcionam uma boa qualidade de vida a todos os cidadãos. Encorajam também o envolvimento dos cidadãos e restantes actores locais em todos os aspectos relativos à vida e destinos colectivos da comunidade.

Desde a Cimeira do Rio em 1992 e com a adopção, em 1994, dos princípios de sustentabilidade explicitados na Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg – o movimento teve vários marcos importantes, nomeadamente através (i) do Plano de Acção de Lisboa, denominado “Da Carta à Acção”, de 1996, (ii) da Declaração de Hannover dos Presidentes de Municípios Europeus, denominada “Na Viragem para o Século XXI”, de 2000, (iii) da “Declaração de Joanesburgo”, de 2002, e (iv) da Conferência “Inspirando o Futuro – Aalborg +10”, de 2004, de onde resultaram os Compromissos de Aalborg.

A primeira etapa para cumprir os requisitos contidos nos Compromissos de Aalborg consiste na caracterização do estado do desenvolvimento local de acordo com os 10 Compromissos. Estes estão sistematizados em 50 rubricas de análise (ver Anexo II), cinco por cada um dos compromissos.

Os 10 Compromissos de Aalborg, que vão ser a referência estruturante para o presente documento, são:

1. GOVERNÂNCIA
2. GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE
3. BENS COMUNS NATURAIS
4. CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILOS DE VIDA
5. PLANEAMENTO E DESENHO URBANO
6. MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO
7. ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

8. ECONOMIA LOCAL DINÂMICA E SUSTENTÁVEL
9. EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL
10. DO LOCAL PARA O GLOBAL

A segunda etapa dos Compromissos de Aalborg, a elaborar na sequência do presente documento, consiste em dinamizar um **processo participativo para o estabelecimento de metas e objectivos** a atingir em determinados horizontes temporais, que incorpore a Agenda 21 Local ou outro processo de acção local para a sustentabilidade, e que tenha em consideração os resultados do presente Documento Base sobre o Estado da Situação Actual.

Os horizontes temporais relativos às metas e objectivos devem ser os adequados para demonstrar progresso nos Compromissos.

Estas duas etapas dos Compromissos de Aalborg constituem a Fase 1 da Agenda 21 Local de Torres Vedras.

A Fase 2 da Agenda 21 Local é constituída pela “Estratégia de Intervenção”, para se atingirem os objectivos e metas futuras, e pelo “Plano de Acção” contendo as propostas de acções concretas a realizar.

A metodologia adoptada para efectuar a caracterização do Estado da Situação Actual recorreu ao envolvimento de praticamente todos os sectores da autarquia, tendo para o efeito sido realizadas diversas entrevistas, individuais ou em grupo, com os responsáveis e outros quadros técnicos de cada um deles.

Recorreu-se também à análise de documentos e à consulta da página da Câmara Municipal na Internet. Esta consulta revelou-se bastante útil, pois existe aí bastante informação. Aliás esta atitude já está em sintonia com a orientação geral dos Compromissos de Aalborg para disseminar informação e tornar mais fácil a comunicação entre autarquia e municípios.

1. COMPROMISSO 1: GOVERNÂNCIA

No âmbito deste Compromisso 1, sobre a **Governância**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a enriquecer os nossos processos de decisão através de maior democracia participativa. Por isso, vamos trabalhar para:

- A. Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para o desenvolvimento sustentável.**
- B. Fomentar a capacidade de participação e de acção para o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e na administração pública.**
- C. Apelar a todos os sectores da sociedade civil para a participação efectiva nos processos de decisão.**
- D. Tornar as nossas decisões claras, rigorosas e transparentes.**
- E. Cooperar efectivamente e em parcerias com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, e outros níveis de administração.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas, do Compromisso N.º 1:

1.1. Continuar a Desenvolver uma Perspectiva Comum e de Longo Prazo para o Desenvolvimento Sustentável

A autarquia tem estado empenhada em desenvolver um conjunto de instrumentos de planeamento de carácter estratégico, que integram processos participativos, e que lhe permitam perspectivar o futuro comum a médio e longo prazo.

Em complemento existem vários planos de ordenamento territorial e planos sectoriais que incluem sempre uma perspectiva de médio e longo prazo, articulados com a estratégia de desenvolvimento do município, nomeadamente com o conteúdo das Grandes Opções do Plano e orçamento plurianual.

De entre os instrumentos de carácter estratégico, que consubstanciam uma visão de desenvolvimento, citam-se o Plano Estratégico da Cidade de Torres Vedras, o Plano Municipal de Ambiente “TORRES XXI” e o Plano de Mobilidade para a Cidade de Torres Vedras. Em fase de elaboração encontram-se a Agenda 21 Local e o Plano Municipal de Recursos Naturais.

Alguns destes planos são efectuados em parceria com instituições de investigação e de ensino superior e envolvem processos de participação da sociedade civil.

Para além destes documentos, de carácter eminentemente estratégico, estão a ser elaborados instrumentos de ordenamento do território: a Revisão do Plano Director Municipal (o qual verte para o

território a estratégia de desenvolvimento do município), o Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras, o Plano de Urbanização de Santa Cruz/ Póvoa de Penafirme e Silveira, o Plano de Pormenor da Área Turística da Maceira, o Plano de Pormenor de Porto Novo / Santa Rita, o Plano de Pormenor do Casal do Seixo, o Plano de Pormenor da Foz do Sizandro, o Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes, a Revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Torres Vedras e o Plano de Pormenor de Expansão Sul / Poente / Várzea / Barro.

1.2. Fomentar a Capacidade de Participação e de Acção para o Desenvolvimento Sustentável na Sociedade Civil e na Administração Pública

O município organiza regularmente conferências e encontros sobre temas relevantes para o desenvolvimento local, o que pode contribuir para o aumento das capacidades individuais e sociais para a participação informada e para o aprofundamento dos desafios com ele associados.

São divulgados, no *website* da autarquia (www.cm-tvedras.pt), todos os documentos / projectos que estão em fase de discussão pública (peças escritas e desenhadas) ou que se encontrem em planeamento ou já a decorrer e possam ser do interesse da sociedade civil.

Existem formas, através de email ou outras, para fazer chegar as sugestões, reclamações ou observações à Câmara Municipal.

Existe também um Fórum na Internet, no website da autarquia, que permite aos cidadãos colocarem questões à autarquia sobre os mais diversos temas e manifestarem as suas opiniões e transmitirem publicamente os seus comentários. Cada serviço da Câmara Municipal tem um responsável que regularmente verifica as questões colocadas no fórum e alerta os membros do executivo da autarquia e os dirigentes para a necessidade de resposta. Todas as perguntas e comentários provenientes do público têm resposta assegurada.

O Boletim Municipal e a Agenda Cultural, publicados com periodicidade mensal, informam os Municípes das actividades promovidas pela Autarquia.

O facto dos serviços administrativos se encontrarem concentrados num novo edifício multiserviços, de características modernas e funcionais, também facilita a participação da população e a interacção dos funcionários entre si. Há espaços funcionais que facilitam essa interacção.

1.3. Apelar a todos os Sectores da Sociedade Civil para a Participação efectiva nos Processos de Decisão

O Fórum, existente no *website* da CMTV, apela à participação e discussão no seio da sociedade civil. São abordados os mais diversos temas, repartidos em cerca de 900 tópicos. Estão registados cerca

de 700 membros que geraram até o presente cerca de 6.000 mensagens. O registo é gratuito, mas obrigatório para colocar questões.

Os 20 temas do Fórum são: Alertas à Câmara; Ambiente; Assembleia Municipal; Autárquicas; Cidadania; Cultura; Desporto; Em Discussão Pública; Ensino; Equipamentos Municipais; Higiene Pública; Iluminação no Concelho; Insegurança em Torres Vedras; Juventude; O Website do Município; Outros Temas; Santa Cruz; Saúde, Sugestões e Ideias; Trânsito e Estacionamento; Turismo em Torres Vedras. Os participantes podem introduzir novos temas.

1.4. Tornar as Nossas Decisões Claras, Rigorosas e Transparentes

Todas as actas das reuniões do Executivo Camarário assim como da Assembleia Municipal são disponibilizadas no *website* da Autarquia (www.cm-tvedras.pt) podendo assim qualquer cidadão ter acesso a esta informação, a partir de qualquer local e de forma extremamente expedita.

São regularmente realizadas conferências de imprensa temáticas para informar a população, através dos meios de comunicação social, das mais diversas acções que se encontram a ser desenvolvidas pela Autarquia.

1.5. Cooperar Efectivamente e em Parcerias com Municípios Vizinhos, outras Cidades e Vilas e outros Níveis de Administração

A cidade de Torres Vedras está geminada com duas cidades da União Europeia: Ville Nave D'Ornon, em França, e Wellington, no Reino Unido.

O Concelho pertence a várias associações e empresas multimunicipais, tais como: a Associação dos Municípios do Oeste; a Águas do Oeste, SA; a Resioeste; a Pisoeste; a Região de Turismo do Oeste; a AMAGÁS; a AMEGA; o CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis; a Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos; e a Rede de Cidades Saudáveis.

A Autarquia possui ainda protocolos de colaboração técnica com a FCT/UNL e com o IST/UTL.

2. COMPROMISSO 2: GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

No âmbito do Compromisso 2, sobre a **Gestão Local para a Sustentabilidade**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Reforçar os processos de Agenda 21 Local, ou outros, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrá-los, de forma plena, no funcionamento da administração local.**
- B. Realizar uma gestão integrada para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.**
- C. Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um programa de monitorização destes Compromissos.**
- D. Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão a nível urbano, bem como uma atribuição de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.**
- E. Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas redes de cidades para monitorizar e avaliar o nosso progresso tendo em vista alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 2:

2.1. Reforçar os Processos de Agenda 21 Local, ou outros, com vista ao Desenvolvimento Sustentável e Integrá-los, de forma Plena, no Funcionamento da Administração Local

Tendo em conta a assinatura da Carta de Aalborg e dos Compromissos de Aalborg, por parte da Câmara Municipal, há um grande empenho para a implementação da Agenda 21 Local, adoptando deste modo uma orientação de boa prática recomendada pelo ICLEI.

O processo de elaboração da Agenda 21 Local está numa fase inicial, de elaboração do presente relatório do Estado do Desenvolvimento Local.

É ainda de referir a existência do Plano Municipal de Ambiente (PMA) – Torres XXI – com vista ao Desenvolvimento Sustentável, elaborado entre 1999 e 2001, e que se encontra em implementação. Este Plano tem carácter abrangente e envolve a colaboração de vários departamentos e serviços da autarquia.

Os vectores estratégicos do PMA--TORRES XXI são: Ordenamento do Território Ambientalmente Sustentável; Linhas de Água e Recursos Hídricos; Educação Ambiental; Resíduos Sólidos – Entulhos, Sucatas e outros Resíduos; e Agro-Pecuárias e Ambiente. Contempla 104 Propostas de Acções, com significativo grau de implementação ou em processo de implementação, envolvendo as várias áreas de competência dos diferentes serviços da autarquia.

2.2. Realizar uma Gestão Integrada para a Sustentabilidade, baseada no Princípio da Precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.

Autarquia aderiu à política de aquisições públicas ambientalmente orientadas. Nomeadamente difundir e aplicar as acções desenvolvidas no âmbito do Projecto Europeu GreenMed, em particular, a ferramenta electrónica GPM (Green Profit Model), como instrumento de consulta de referências técnicas ambientais a incluir em procedimentos de aquisição de produtos e serviços.

Há ainda a registar a colaboração do Município de Torres Vedras no Projecto Europeu Leap, com a adesão a uma experiência de aprovisionamento conjunto de várias Autoridades Locais para papel reciclado.

A Câmara Municipal prevê obter a certificação de qualidade nos pólos de atendimento público pela ISO 9001 e a implementar um Sistema de Gestão Documental até ao final de 2007.

2.3. Estabelecer Metas e Prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um Programa de Monitorização destes Compromissos.

Em 2007 serão produzidos trabalho e relatórios de registo de avanço com base nas orientações contidas nos Compromissos de Aalborg e serão adoptados objectivos locais para cada um deles.

Este trabalho iniciou-se em 2006, tendo para o efeito sido contratualizada uma colaboração com a FCT/UNL.

Existe assim o firme propósito, já dotado dos recursos e meios necessários, para que esta rubrica seja cumprida durante 2007.

2.4. Assegurar a Importância das Questões de Sustentabilidade nos Processos de Decisão a nível Urbano, bem como uma Atribuição de Recursos baseada em Critérios de Sustentabilidade sólidos e abrangentes

A prática do planeamento e da gestão urbana tem utilizado os instrumentos de gestão territorial e tem seguido os procedimentos normais de acordo com a legislação em vigor. O Plano Director Municipal visa explicitamente uma estrutura urbana mais sustentável e uma melhor organização espacial e funcional das actividades.

Apesar de ser um compromisso assumido por parte da Câmara, ainda não está realmente implementada uma metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica. No entanto, há já equipas com esse tipo de filosofia e estudos preparados ou em elaboração com critérios de sustentabilidade (ex.: Plano Municipal de Recursos Naturais).

2.5. Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas Redes de Cidades para Monitorizar e Avaliar o nosso Progresso tendo em vista alcançar as Metas de Sustentabilidade estabelecidas

A presente identificação do Estado do Desenvolvimento Local relativamente aos Compromissos de Aalborg é um indicador da vontade de cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e de avaliar o estado e o progresso relativamente à metas de sustentabilidade.

Por outro lado, o processo de apoio à Implementação do Plano Municipal do Ambiente “TORRES XXI” prevê a construção de um painel de indicadores sobre o ambiente e a qualidade de vida no Concelho, de modo a permitir monitorar a evolução da situação ao longo do tempo.

O painel de indicadores a desenvolver baseia-se num conjunto de variáveis que incidem sobre as principais potencialidades e desafios do Concelho. Terão uma clara componente ambiental, mas com o ambiente a ser entendido como Qualidade de Vida Sustentável. Ou seja, abrange importantes áreas de interface do sistema natural com os sistemas económico, social, cultural e de organização espacial. Esta tarefa está contractualizada e a sua realização calendarizada para 2007.

3. COMPROMISSO 3: BENS COMUNS NATURAIS

No âmbito do Compromisso 3, sobre **Bens Comuns Naturais**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a assegurar plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- A. Reduzir o consumo de energia primária e aumentar a parte de energias renováveis nesse consumo.**
- B. Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.**
- C. Promover e aumentar a biodiversidade, e alargar e cuidar de áreas naturais especiais e de espaços verdes.**
- D. Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e a florestação sustentáveis.**
- E. Melhorar a qualidade do ar.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 3:

3.1. Reduzir o Consumo de Energia Primária e Aumentar a Parte de Energias Renováveis nesse Consumo

Nos últimos 2 anos a percentagem de produção de energias renováveis no concelho tem aumentado significativamente. Presentemente estão instalados 4 parques eólicos com 37 aerogeradores, gerando, no final de 2005, cerca de 59 GWh. No início de 2004 este valor situava-se somente em 4,2 GWh.

Quase 20% da energia eléctrica consumida no Concelho é aí produzida através dos parques de energia eólica. A tendência é para que esta percentagem aumente.

Não existem outras fontes de energias renováveis aproveitadas com relevo no concelho. No entanto existem potencialidades importantes como seja a biomassa agrícola e florestal, a solar, a geotérmica de baixa entalpia, a energia das ondas (ainda em fase de experimentação) e a eólica off-shore.

Há interesse manifestado por parte da autarquia na possibilidade de construção de uma unidade de produção de bio diesel.

Relativamente ao consumo, e no sector dos transportes, o Plano de Mobilidade em elaboração irá fomentar o uso de transporte público. Espera-se uma redução da circulação automóvel,

nomeadamente no interior da cidade. Este plano contempla ainda a aquisição de autocarros Gulliver, movidos a energia eléctrica, que circularão na zona histórica da cidade.

Em complemento, o programa do Centro de Educação Ambiental contempla acções de educação e sensibilização neste âmbito, tendo havido sessões específicas para as questões das energias renováveis, nas quais participaram 120 alunos do ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico no ano lectivo 2005/06. Foram ainda realizadas 37 visitas de estudo ao Parque Eólico da Serra da Capucha, e que contaram com uma adesão total de cerca de mil alunos.

A energia solar passiva e para aquecimento de águas nos edifícios tem ainda um grande caminho a percorrer dadas as boas condições climáticas do concelho.

Os hábitos, os estilos de vida e as atitudes de poupança e uso racional da energia constituem outra área potencial com ganhos energéticos significativos.

3.2. Melhorar a Qualidade da Água, Poupar Água e Usar Água mais Eficientemente

Toda a água distribuída no Concelho de Torres Vedras é fornecida "em Alta" pela empresa Aguas do Oeste SA, através do adutor Paredes-Serra da Vila. Praticamente toda a água é proveniente do exterior ao município.

Relativamente à água de abastecimento público não há problemas, tanto de qualidade como de quantidade. Este facto é analisado e confirmado regularmente através da monitorização de acordo com os padrões estipulados na legislação nacional sobre a água.

Os SMAS asseguram o controlo da qualidade da água distribuída no Concelho de Torres Vedras em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 243/01, de 5 de Setembro, que entrou em vigor em 25/12/2003. Para o efeito definem um plano de amostragem e de análise incidindo 5 Zonas de Abastecimento, num total de 220 pontos de colheita (ver: <http://www.smastv.pt/analises/>).

Para a rede semi-pública, constituída por fontes e fontanários espalhados pelo concelho, são realizadas análises pontualmente e, sempre que se detecte uma situação anómala no que diz respeito à qualidade da água, os serviços actuam em conformidade.

No referente aos recursos hídricos subterrâneos a situação varia substancialmente ao longo do território do concelho. Em alguns locais, sobretudo nas zonas próximas da orla costeira, verifica-se alguma intrusão salina com significado. Noutros locais, e a profundidades variáveis, existem águas férreas e sulfurosas. Existem também indícios de sobreexploração do recurso devido à grande quantidade e pulverização de furos e poços privados para rega.

Ao nível da rede hidrográfica, há a referir que todas as linhas de água existentes são de regime torrencial. Recebem por vezes caudais de efluentes não tratados, provenientes do sector agro-

pecuário, do sector agrícola e por vezes de adegas, reduzindo a qualidade da água em troços que podem ser significativos.

Esta situação tende a melhorar com a implementação e conclusão de um plano de construção de ETAR's e de despoluição das linhas de água, pela empresa "Águas do Oeste". No seu conjunto estes sistemas dizem respeito a cerca de 5 novas ETAR, 48 Estações Elevatórias e cerca de 170 Km de emissários e condutas elevatórias.

Existe também um Plano de Monitorização das Linhas de Água pela empresa "Águas do Oeste" e um Grupo de Intervenção Ambiental para o Sizandro e o Alcabrichel. Têm vindo a levar a cabo um conjunto de acções com vista à despoluição destes rios.

Até à data, foi efectuado um estudo de levantamento e caracterização das suiniculturas existentes no concelho. Encontra-se em equação o tratamento colectivo destes efluentes, provenientes não só das suiniculturas, mas também de outras explorações pecuárias e de agro-indústrias existentes no município.

No que respeita a acções de sensibilização e educação ambiental, o Centro de Educação Ambiental, o Projecto Eco Escolas e o SMAS desempenham um importante papel. As Sessões do Projecto Eco Escolas nesta temática contaram com a participação de mais de 500 alunos.

A um nível mais operativo, estão definidos como objectivos e metas específicas para 2007 a redução do consumo de água no Canil Municipal e nos sistemas de regas de espaços verdes, nomeadamente no Parque Verde da Várzea.

No que respeita ao sistema de rega, para além de se prever reduzir as áreas a necessitar de rega e de se aumentar o número de espécies autóctones, com menores carências de rega, vão ser feitas as remodelações necessárias nas ETAR de modo a que se possa utilizar o seu efluente, com nível de qualidade suficiente, para se poder aplicar na rega de espaços verdes e na lavagem de arruamentos.

Outras medidas passarão pelo armazenamento da água da chuva numa lagoa e na substituição dos sistemas de aspersão por sistemas de rega gota-a-gota.

3.3. Promover e Aumentar a Biodiversidade e Alargar e Cuidar de Áreas Naturais Especiais e de Espaços Verdes

Na zona costeira, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira contribui para proteger e requalificar esse espaço de elevado valor ambiental. O Plano Sectorial da Rede Natura também abrange estes espaços e contribui para a protecção e aumento da biodiversidade.

Ainda relativamente à orla costeira sublinha-se o trabalho desenvolvido pela autarquia no âmbito do programa Bandeira Azul. Trata-se de um certificado de qualidade ambiental que distingue o esforço de diversas entidades, no sentido da melhoria do ambiente marinho, costeiro, fluvial e lacustre e implica o cumprimento de diversos critérios.

Este galardão é válido somente durante uma época balnear e é voluntário ou seja, cabe às entidades locais apresentarem ou não a candidatura. Pretende-se com esta Campanha alcançar dois grandes objectivos:

- O aumento do grau de consciencialização do público quanto aos problemas do litoral e ao papel de cada um na sua resolução e minimização. Desta forma visa-se promover uma alteração de atitudes e comportamentos dos banhistas, população residente e flutuante, agentes económicos e sociais, decisores, etc., com vista a um maior respeito pelo ambiente litoral.
- A melhoria efectiva da qualidade do ambiente marinho e costeiro, resultante de uma participação activa dos diversos intervenientes na região.

Em 2006, o Município teve 10 praias galardoadas com bandeira azul, sendo o concelho da região de Lisboa e Vale do Tejo com mais praias distinguidas com este galardão.

A Praia de Santa Cruz - Centro foi também galardoadada com o símbolo “Praia Acessível”, tratando-se de um projecto promovido pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências (SNRIPD), entre outras entidades.

Ainda no âmbito da requalificação de áreas sensíveis, sublinha-se a Requalificação Paisagística de Santa Cruz e Orla Costeira levada a cabo pela autarquia¹.

O projecto desenvolve-se numa zona de elevado potencial paisagístico. O desordenamento verificado no passado, tornou-se a fonte de alguns dos problemas ambientais sentidos pela população residente e turística, daí a importância de concretizar um projecto de requalificação urbanística e paisagística para a área de Santa Cruz e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Várias foram as zonas de intervenção, incluindo a criação de uma ciclovia que permite uma mobilidade sustentável entre Santa Cruz e as localidades envolventes.

Relativamente à educação ambiental são realizadas diversas acções acerca da biodiversidade e da importância das áreas naturais: Green Week e Dias Verdes, estando ainda previstas algumas actividades no Programa do Centro de Educação Ambiental.

É ainda de referir a publicação do “Livro de Campo do Ambiente Litoral no Concelho de Torres Vedras” com o apoio da autarquia.

Foram também celebrados Protocolos com a Universidade de Évora e a Universidade de Ciências de Lisboa para a elaboração de estudos com vista à classificação de áreas protegidas de interesse municipal (a estabelecer em 2008), para posterior apreciação pelo ICN.

Foi igualmente celebrado um protocolo com o Parque Biológico de Gaia para o levantamento das áreas naturais (Carta Verde) e com a Faculdade de Ciências e Tecnologia para a elaboração de um Plano Municipal de Recursos Naturais.

¹ Para mais informação, ver: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/ambiente/orla-costeira/>

Para fomentar a aproximação e fruição de espaços naturais e de espaços verdes foram criados o Eco Caminho. Percorre a Serra do Socorro, havendo a realização de caminhadas programadas e onde existem pontos de observação de fauna e miradouros.

Relativamente a novos espaços verdes urbanos, sublinha-se a criação, relativamente recente, do Espaço Verde da Várzea. Para 2007 prevê-se que fique concluído o Espaço Verde “Jardins de Alcabrichel” em A-dos-Cunhados.

3.4. Melhorar a Qualidade do Solo, Preservar Terrenos Ecologicamente Produtivos e Promover a Agricultura e a Florestação Sustentáveis

Existem no concelho áreas com dimensão geográfica significativa afectas à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Agrícola Nacional. Estão vertidas para o Plano Director Municipal. Estes solos apresentam assim um elevado grau de protecção, que ajuda a impedir a implantação de actividades incompatíveis ou demasiado agressivas para os valores ambientais aí presentes.

A “AIHO - Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste” publicou com o apoio da CMTV um Manual de Boas Práticas Agrícolas para o Sector Hortícola. Esta Associação também pretende a construção de um Parque de Estufas de modo a haver uma melhor gestão de desta actividade económica de uso intensivo do solo e para facilitar a gestão de resíduos e efluentes.

Há um grande interesse da CMTV na prática de uma florestação mais sustentável e com menor peso de monoculturas de eucalipto, apesar do Plano Regional de Ordenamento Florestal dar importância a esta espécie. Para além disso vão ainda ser constituídas duas ZIF’s cujos objectivos serão:

- Promover a gestão sustentável dos espaços florestais que integram;
- Coordenar, de forma planeada, a protecção dos espaços florestais naturais;
- Reduzir as condições de ignição e de propagação de incêndios;
- Coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afectados por incêndios;
- Dar coerência territorial e eficácia à acção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.

Em termos de capacitação institucional refere-se que o Gabinete Técnico Florestal entrou em funcionamento em Abril de 2005. Tem por competências apoiar as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, para cumprimento das atribuições pela Lei nº 14/2004, de 8 de Maio. Deve ainda assegurar o cumprimento dos objectivos definidos entre a Câmara Municipal e a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, nomeadamente a elaboração e actualização do Plano de Defesa da Floresta do Concelho de Torres Vedras, a participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município e nas questões de protecção civil.

O Plano Orientador de Prevenção Florestal para o Concelho de Torres Vedras (POPTV) contempla o levantamento e a avaliação das infra-estruturas de interesse florestal existentes, nomeadamente a

rede viária e divisional, assim como os pontos de água. A cartografia temática, com especial incidência na Carta de Risco de Incêndio, constitui a ferramenta base de definição da estratégia municipal de prevenção florestal.

Este plano é fundamental para posterior apresentação de candidaturas a acções de beneficiação, reflorestação e arborização de terras agrícolas ou valorização do espaço rural, tendo servido de base à elaboração do Plano de Defesa da Floresta do Concelho de Torres Vedras.

A elaboração do Plano de Defesa da Floresta do Concelho de Torres Vedras (PDFTV), (2005), resulta do carácter obrigatório (Decreto-lei n.º 156/2004 de 30 de Junho). Os objectivos do PDFTV (entre 2006 e 2010) são constituir um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de acções de prevenção e pré-supressão para a defesa da floresta do concelho.

Com um carácter mais remediador para o solo, está a ser feito um levantamento dos parques de sucata existentes. Será feita a realocação de alguns ou mesmo de todos os parques. Depois da sua saída do local será necessário proceder a uma descontaminação desses solos. Há grandes preocupações por parte da CMTV em relação a estes casos, estando a dar apoio logístico e humano junto da CCDR-LVT de modo a agilizar os processos de licenciamento.

A nível de acções de formação para os cidadãos, realizadas pelo “CEA - Centro de Educação Ambiental” da Câmara Municipal, foi feita uma distribuição de pequenos compostores biológicos para potenciar o bom uso de resíduos orgânicos e verdes nos quintais das moradias, melhorando assim a qualidade do solo nesses locais e aumentando o tempo de vida do aterro sanitário.

3.5. Melhorar a Qualidade do Ar

A qualidade do ar no concelho é em geral de muito boa qualidade. A sua localização geográfica junto ao Oceano Atlântico e o regime de ventos, daí em regra provenientes, garantem uma ventilação intensa e fluxos de ar não poluído.

As medições de qualidade do ar realizadas no concelho confirmam esta situação. Porém em alguns pontos muito específicos sente-se alguma poluição do ar, na cidade de Torres Vedras, próximo das vias de trânsito mais intensa ou de algumas actividades industriais.

Com as estratégias de circulação e mobilidade a entrar em vigor em 2007, espera-se reduzir significativamente o tráfego urbano e conseqüentemente melhorar a qualidade do ar na cidade.

No que respeita a actividades industriais potencialmente emissoras de gases poluentes, a Fundação de Dois Portos irá ser realocada e, recentemente, deixou de haver reclamações sobre maus cheiros provenientes da unidade industrial SOLUSA – Soc. Lusitana de Sarros, Lda, localizada perto das instalações administrativas dos SMAS.

Na restante parte do concelho, marcadamente mais rural, o ar é de boa qualidade. O tráfego rodoviário, com emissões de CO₂, contribui no entanto para o efeito de estufa a nível global.

4. COMPROMISSO 4: CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

No âmbito do Compromisso 4, sobre **Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a adoptar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- A. Evitar e reduzir os resíduos, e aumentar a reutilização e a reciclagem.**
- B. Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.**
- C. Evitar os desperdícios de energia, e melhorar a eficiência energética.**
- D. Adoptar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.**
- E. Promover activamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de comércio justo.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 4:

4.1. Evitar e Reduzir os Resíduos e Aumentar a Reutilização e a Reciclagem

A CMTV, enquanto produtor, aposta numa recolha selectiva no interior dos seus serviços. A aposta na política dos três R's, tem como ponto forte a redução do consumo de papel com a implementação um Sistema de Gestão Documental até ao final de 2007.

Há ainda a salientar a colaboração do município no projecto Europeu Leap, com a adesão a uma experiência de aprovisionamento conjunto de várias autarquias para papel reciclado.

Resíduos mais problemáticos, como pneus usados, veículos em fim de vida e sucatas são encaminhados para operadores licenciados.

Num âmbito mais alargado, para o exterior da instituição, aumentou-se o número de ecopontos para atingir o valor de 300 hab./ecoponto. Foi disponibilizado aos munícipes um ecocentro (madeiras, vidros, REE, metal, plástico, papel) havendo um boa adesão e um ecocartão (compactador de cartão), tendo-se registado grande adesão. Houve ainda a distribuição de ecopontos interiores pelas salas das escolas do 1º Ciclo e em ATL's.

Os hábitos de separação de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) têm vindo a ser incrementados no concelho. Entre 2004 e 2006, as quantidades de plástico e de metal recolhidas selectivamente registaram um aumento de 156 para 411 toneladas; as de papel/cartão, de 479 para 1267 toneladas; e as de vidro, de 765 para 1108 toneladas.

Este facto deve-se, em parte, às Campanhas desenvolvidas com este objectivo pela Câmara Municipal e às actividades de sensibilização ambiental que têm vindo a ser realizadas no Centro de Educação Ambiental.

Há ainda a apontar o facto da empresa Trianovo estar a proceder a uma reciclagem de resíduos de obras de construção civil, usando o produto final para reincorporação em novas construções ou para enchimento da área da pedreira desactivada da empresa, que está em fase de recuperação paisagística e ambiental.

4.2. Gerir e Tratar os Resíduos de Acordo com as Melhores Práticas

A recolha dos resíduos sólidos urbanos (RSU) indiferenciados é efectuada pela autarquia e levados para o Aterro Sanitário do Oeste. Os RSU diferenciados existentes nos ecopontos são recolhidos pela empresa Resioeste, a concessionária do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Oeste, e reencaminhados para a Sociedade Ponto Verde.

O Aterro Sanitário do Oeste é gerido pela Resioeste, serve 14 municípios e situa-se num município vizinho (Cadaval). O Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Oeste foi criado com o objectivo de erradicar as lixeiras existentes na região do Oeste e implantar um sistema de recolha selectiva, tratamento e valorização dos resíduos sólidos.

Este Sistema é composto por um Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos que integra um Aterro Sanitário, um Sistema de Tratamento de Águas Lixivantes (Osmose Inversa), um Sistema de Tratamento de RSU e uma Estação de Triagem onde são recepcionados e triados os resíduos recicláveis provenientes do Sistema de Recolha Selectiva. Fazem ainda parte do Sistema seis Estações de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos e respectivos Ecocentros.

Na área das compras públicas ambientalmente orientadas, com o Projecto GreenMed, espera-se uma redução na quantidade e na perigosidade dos resíduos produzidos

Também neste compromisso, o Centro de Educação Ambiental, desempenha um forte papel na formação e acções de sensibilização de alunos das escolas do concelho:

- Foram realizadas sessões para 670 jovens acerca da Política dos 3 Rs;
- A visita à empresa Resioeste contou com a presença de quase mil alunos.

4.3. Evitar os Desperdícios de Energia e Melhorar a Eficiência Energética

Trata-se de um assunto onde ainda podem ser alcançados muitos progressos. Não existe um estudo sistemático sobre os desperdícios energéticos nos edifícios, nos transportes e nas actividades económicas que dê origem a um plano de acção para a melhoria da eficiência energética.

Está em estudo um projecto-piloto de aplicação de pilhas de hidrogénio em sistemas de iluminação e sinalização e no sistema de comunicações da Protecção Civil. As referidas pilhas serão produzidas pela empresa SRE, que está sediada no concelho.

Irá haver também a aplicação de painéis fotovoltaicos em algumas sinalizações rodoviárias.

Outro projecto-piloto, no âmbito do Projecto GreenMed, será a construção do novo edifício do Centro de Educação Ambiental segundo regras de eco-eficiência e de selecção de materiais de construção ambientalmente mais adequados.

4.4. Adoptar uma Política Sustentável de Aquisição de Bens e Serviços

A CMTV reconhece a sua importância como agente dinamizador e influenciador do mercado na aquisição de bens e serviços amigos do ambiente e da economia local.

Com o Projecto Europeu GreenMed, no qual a CMTV é parceira activa, houve uma acção de formação interna que pretende fomentar a inclusão de critérios ambientais no processo de compra de produtos e/ou serviços. A elaboração do estudo prévio do novo Centro de Educação Ambiental já contemplou a inclusão de critérios ambientais.

Também se está a introduzir o conceito de Compras Públicas Ambientalmente Orientadas e a integração de critérios ambientais nos processos de contratação sempre que possível. Os eventos proporcionados neste âmbito permitiram:

- Obter maior conhecimento sobre compras públicas ambientalmente orientadas e sobre as vantagens para o ambiente da utilização desta metodologia e aumentar o mercado dos produtos eco-eficientes
- Reunir informações sobre como implementar, de forma eficaz e sistemática, as compras públicas ambientalmente orientadas nas organizações, cumprindo com os princípios e leis Europeias
- Trocar experiências e fornecer exemplos práticos de grande interesse sobre estratégias de compras públicas ambientalmente orientadas

Futuramente, foi indicado que o caminho a seguir será o de evoluir de uma compra ambientalmente orientada para uma compra sustentável.

No final de 2006, na Secção de Gestão de Armazéns, foram dadas indicações para se começar a substituir o papel não reciclado por papel reciclado, nomeadamente, na reprografia e nas Escolas do Concelho.

Para 2007 pretende-se que os processos de concursos sejam entregues aos concorrentes em suporte digital, reduzindo, e muito, o consumo de papel e o n.º de fotocópias e irá reformular-se as requisições internas e externas de modo a evitar a circulação de papel.

O Projecto Europeu GreenMed também terá um factor muito importante que será o da disseminação. A CMTV ao divulgar junto da sua população e actores económicos a sua nova política de compras públicas, poderá influenciá-los e levá-los a adoptarem idênticas atitudes.

Através deste projecto já foi possível encetar contactos com fornecedores locais e divulgar qual a nova postura da CMTV face às suas aquisições. Pretendeu-se deste modo envolver os fornecedores nas políticas, fazendo com que eles se ajustem e evoluam no sentido de oferecerem produtos e serviços sustentáveis.

4.5. Promover Activamente a Produção e o Consumo Sustentáveis, em particular de Produtos com Rótulos Ambientais, Biológicos, Éticos e de Comércio Justo

Para além dos Programas do ICLEI e Projecto GreenMed há ainda a referir outros dois pontos fortes para esta rubrica no concelho de Torres Vedras.

A AIHO tem trabalhado em conjunto com a CMTV na divulgação de boas práticas agrícolas, tendo inclusive, publicado um manual para o sector hortícola. Há uma campanha para o consumo de Saladas Frescas do Oeste Produzidas naturalmente na zona) e que inclui uma listagem dos restaurantes locais aderentes à iniciativa publicitada na Internet (<http://www.aiho.pt/>).

Existe também um Mercado Abastecedor semanal e uma Feira Rural mensal (de Março a Outubro), nos quais há a oportunidade e o incentivo dos produtores locais, incluindo agricultura tradicional, biológica e de protecção integrada, escoarem os seus produtos directamente para o consumidor.

Para além disso, a CMTV recorre frequentemente a produtores e prestadores de serviço do concelho e/ou da região.

5. COMPROMISSO 5: PLANEAMENTO E DESENHO URBANO

No âmbito do Compromisso 5, sobre **Planeamento e Desenho Urbano**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.**
- B. Evitar a expansão urbana, dando prioridade ao desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados, através da recuperação dos espaços urbanos degradados e assegurando densidades urbanas apropriadas.**
- C. Assegurar a compatibilidade de usos ao nível dos edifícios e áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, habitação e equipamentos, dando prioridade aos usos residenciais nos centros das cidades.**
- D. Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do nosso património cultural urbano.**
- E. Adoptar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis e promover a arquitectura e as tecnologias de construção de alta qualidade.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 5:

5.1. Reutilizar e Regenerar Áreas Abandonadas e Socialmente Degradadas

O concelho não possui de forma extensiva zonas urbanas abandonadas e socialmente degradadas. Existem somente, em número bastante reduzido, e pelas condições do próprio tecido edificado: pontualmente no centro histórico da cidade de Torres Vedras e em algumas aldeias. Não há áreas urbanas com acentuados problemas de marginalidade social.

No que respeita ao centro histórico da cidade de Torres Vedras, foi feito um levantamento individualizado de caracterização sociológica e dos edifícios, estando a ser elaborado um Plano de Pormenor para a reabilitação desta área. Espera-se que esteja implementado em 2 a 3 anos.

Foi também efectuada uma caracterização física e social dos núcleos tradicionais do concelho de Torres Vedras (11) que, de um modo geral, são os mais antigos e degradados.

Transversalmente, também está prevista a elaboração da Carta Municipal do Património, que terá um carácter activo, pressupondo medidas de reabilitação, esperando-se que também esteja implementada dentro de 2 a 3 anos.

Tutelado pelo Departamento de Urbanismo da CMTV, o Centro de Estudos Urbanos tem como objectivo a criação de pensamento crítico, procurando conceber e estabilizar novas formas de habitar e construir o território do concelho. Trata-se de uma estrutura multidisciplinar que visa promover o contributo de diferentes olhares de personalidades de reconhecido mérito nas matérias em análise, bem como fomentar a intervenção dos munícipes nas acções de ordenamento do (seu) território.

Este pensamento permite consolidar uma visão estratégica e partilhada da urbanidade/ruralidade do concelho, criando-se um espaço de reflexão que responde tanto às necessidades práticas de ordenamento e gestão do território, fundamentando e correlacionando os diversos projectos a realizar, como à criação de ideias mobilizadoras e capazes de agregar os diversos agentes com intervenção no território numa estratégia integrada.

No âmbito da intervenção da autarquia no domínio da habitação social destaca-se a acção preventiva de combate à pobreza e à exclusão social. Os vectores desta política na Câmara Municipal de Torres Vedras são²:

- a) Promoção da habitação social, especialmente dirigidas às famílias cujo rendimento não permita o acesso ao mercado imobiliário;
- b) Requalificação do tecido urbano.

Os objectivos desta política são incentivar as operações de realojamento e promover a integração social das famílias realojadas, desejavelmente com outras formas de apoio social. Pretende-se assim uma política de habitação social que progressivamente:

- Incentive o realojamento - utilização de fogos devolutos em áreas críticas de reconversão urbanística e zona rural do concelho.
- Promova a qualidade habitacional - recuperação de fogos degradados.
- Assegure que o realojamento social seja disperso, evitando a criação de núcleos residenciais de densidade excessiva e transformação em guetos.
- Promova a integração social das famílias realojadas, desejavelmente com outras formas de apoio social.

As medidas previstas nesta política de habitação social são:

1. Criação do Observatório de Necessidades de Habitação Social
2. Adesão ao Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)
3. Programa de Participação em Obras de Conservação, Reparação ou Beneficiação de Habitações Degradadas (Em Funcionamento desde 2003)
4. Gestão do Parque Habitacional de Boavista-Olheiros
5. Estudo de viabilidade de constituição de Sociedade de Reabilitação Urbana

² Fonte: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/assuntos-sociais/habitacao/orientacoes/>

6. Constituição da Bolsa de Lotes resultantes de compensações em espécie.

5.2. Evitar a Expansão Urbana, dando prioridade ao Desenvolvimento Urbano no Interior dos Aglomerados, através da Recuperação dos Espaços Urbanos Degradados e assegurando Densidades Urbanas Apropriadas

Há a orientação expressa na estratégia territorial do Plano Director Municipal, e em outros instrumentos de gestão do território, para se conter a expansão para o exterior da mancha urbana e dar prioridade à regeneração dos espaços situados no interior do perímetro urbano.

Para as áreas ocupadas por indústrias desactivadas, pontualmente inseridas em tecido urbano, a CMTV pretende requalificá-las promovendo uma correcta adequação dos novos usos ao local, utilização em densidades apropriadas e uma melhor qualidade da massa edificada. Após a realização de estudos e de um processo de envolvimento dos cidadãos, serão criados instrumentos de gestão territorial para áreas urbanizadas e áreas urbanas de urbanização programável.

A Fundição de Dois Portos vai ser realocizada para fora do perímetro urbano. O objectivo será estabelecer um desenho urbano e criação de incentivos de modo que se possa valorizar e atrair investimentos para o terreno actualmente ocupado por esta unidade.

O caso da requalificação da antiga fábrica da Casa Hipólito (centro histórico) poderá passar pela criação de uma praça e um novo espaço público no centro da cidade.

5.3. Assegurar a Compatibilidade de Usos ao nível dos Edifícios e Áreas Urbanas, com Equilíbrio entre Empregos, Habitação e Equipamentos, dando prioridade aos Usos Residenciais nos Centros das Cidades.

A CMTV está a conseguir conter a expansão através da delimitação clara dos limites urbanos e impondo grandes limitações para se poder construir fora deste perímetro e exigências mais apertadas no que respeita à construção de estufas.

Foram ainda criadas regras muito claras acerca de compatibilidades de usos em áreas urbanas, áreas empresariais, áreas industriais, áreas agrícolas e áreas mistas: industriais/comerciais. Neste último domínio é importante a designação de áreas empresariais em oposição às clássicas áreas industriais.

No que respeita aos equipamentos, a sua distribuição tem como base a diferenciação entre níveis de hierarquia funcional dos aglomerados feita no âmbito do Plano Director Municipal. Através desta hierarquização dos núcleos urbanos e das distâncias entre si, os equipamentos funcionam num modelo poli-nuclear e articulados em rede.

Torres Vedras, devido em parte à progressiva falência do modelo agrícola tradicional, tem vindo a fixar a maioria dos postos de trabalho na cidade e nos principais aglomerados, principalmente no sector de serviços. Durante o período diurno, a cidade de Torres Vedras tem muito mais população a trabalhar e a utilizar os serviços prestados do que o seu número de habitantes, assistindo-se a um problemático fluxo pendular de pessoas a aceder de manhã à cidade e a regressar a suas casas ao fim da tarde, com as consequentes dificuldades ao nível do trânsito e mobilidade que se manifestam apenas durante os períodos de ponta.

Apesar de haver alguma procura no interior do concelho (ruralidade, casas antigas, fuga aos condomínios), o mercado imobiliário não tem tido grande sucesso nas zonas mais rurais. Devido às dificuldades da agricultura e aos elevados preços de mercado praticados para os terrenos, há uma grande pressão por parte de proprietários, em os reclassificarem como áreas urbanizáveis.

5.4. Assegurar uma adequada Conservação, Renovação e Utilização/ Reutilização do nosso Património Cultural Urbano

A autarquia está a levantar exaustivamente o património cultural urbano existente. Vai ser feita uma Carta do Património. Neste momento ainda está numa fase embrionária, tendo-se estado a preceder a um levantamento de imóveis com valor histórico e cultural e a estruturar os trabalhos futuros.

Foi criado um protocolo com o IPAR, C.M. Sintra e C.M. Vila Franca de Xira, entre outras, para a criação de uma Rota dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres.

Ao nível interno, a CMTV está limitada na intervenção, devido por um lado a não ter património próprio que permita por exemplo efectuar realojamentos e por outro a não existirem, com carácter significativo, instrumentos adequados e simples de intervenção de iniciativa central que a autarquia ajude a implementar. A sua intervenção tem passado por tentar incentivar o investimento através de acções públicas no espaço urbano de forma a induzir as iniciativas privadas no edificado.

Está também em discussão um estudo de revitalização do Castelo de Torres Vedras, mas ainda não foram definidos alguns pontos essenciais para enquadrar a intervenção.

Uma iniciativa muito interessante, promovida pela autarquia, e presentemente a decorrer é o chamado “Kit de Defesa do Património Edificado – Urbanismo”. Esta iniciativa lança o desafio à sociedade civil e à população em geral para cada um partir à descoberta do património no seu espaço urbano: procurar, no meio do edificado que dá forma ao território concelhio, aquelas construções e conjuntos que têm a capacidade de nos provocar uma reacção estética, “de nos emocionar”, conforme se transcreve de seguida³:

O primeiro passo desta descoberta prende-se com a libertação, por parte do observador, dos hábitos e preconceitos que muitas vezes nos afastam da realidade concreta das coisas e da experiência que temos delas. Depois, entra em cena o espírito crítico do observador: inevitavelmente, a descoberta de construções e conjuntos belos e marcantes tem implícito um confronto com aquelas construções ou conjuntos que nos agridem pela sua desarmonia, desproporção e vulgaridade. Depois deste confronto, elegem-se as construções e conjuntos cuja existência faz do território que habitamos um lugar melhor, mais qualificado e coeso.

O seu registo e o preenchimento das fichas devem ter em conta o processo que se quer de descoberta: tanto pela fotografia, como pelo desenho, é possível, retratando as construções ou conjuntos que elegemos, procurar o ponto de vista que para nós melhor revela a sua essência. Quando essa relação entre o observador e o observado se inscreve no papel conseguimos comunicar, para além dos edifícios em si, a relação estética que estabelecemos com eles. Chega-se assim ao objectivo final que é a redescoberta da cultura arquitectónica enquanto redescoberta de nós próprios.

Assim, para o utilizador individual, há as seguintes fases de aplicação do kit:

1. Levantamento do Kit na Junta de Freguesia da área de residência;
2. Eleição de construções e conjuntos a preservar;
3. Registo em fotografia - registando, na ficha de identificação do imóvel, o nº das fotografias correspondentes das fotografias - e/ou desenho e preenchimento das fichas de identificação do imóvel;
4. Entrega das fichas, das máquinas com o rolo inserido e/ou desenhos, na Junta de Freguesia.

O tempo previsto para o projecto inscreve-se entre o seu início - no dia 2 de Outubro de 2006 - e a data limite de entrega do trabalho - dia 12 de Janeiro de 2007. A entrega deverá ser efectuada na Junta de Freguesia da área de residência. Depois de organizado e sistematizado o material entregue, será montada uma exposição com os resultados da acção.

³ Fonte: <http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/kit-defesa-patrimonio/>

5.5. Adoptar Critérios de Desenho Urbano e de Construção Sustentáveis e Promover a Arquitectura e as Tecnologias de Construção de Alta Qualidade

Os critérios exigidos para a qualidade da construção são os ancorados na legislação nacional sobre a matéria, e vertidos para Torres Vedras através do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. Este Regulamento tem como objectivos (artigo 2º) defender e preservar os valores ambientais, e promover o ordenamento do território de forma sustentada no Município de Torres Vedras.

O município encontra-se em processo de instituir um Prémio Municipal de Arquitectura destinado a premiar e a divulgar as melhores intervenções. Relativamente ao desenho urbano há uma aposta na qualidade, sublinhada pela elevada quantidade de Planos de Pormenor em elaboração.

Relativamente à intervenção em edifícios, sublinha-se o novo edifício multiserviços da CMTV. Houve aqui alguma preocupação com os aspectos da construção sustentável, nomeadamente iluminação, isolamentos térmicos e climatização passiva. No entanto poder-se-ia ter ido um pouco mais longe e constituir um elemento didáctico e de disseminação mais intensa de boas práticas.

Tal como já foi referido anteriormente, através do Projecto Europeu GreenMed a construção do novo Centro de Educação Ambiental irá contemplar a inclusão de alguns critérios ambientais.

Outros exemplos positivos existentes no concelho ao nível do desenho e construção sustentável são:

- O campo de golfe de Turcifal, que tem em funcionamento um sistema de drenagem e reaproveitamento das águas das regas;
- O sector hortícola, com algumas das explorações a usarem estufas que incorporam sistemas de recolha e reaproveitamento das águas das regas, chuvas e nevoeiros.

Há no entanto ainda um longo caminho a percorrer por parte de todos os actores intervenientes, institucionais, económicos e população.

6. COMPROMISSO 6: MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

No âmbito do Compromisso 6, sobre **Melhor Mobilidade, Menos Tráfego**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós reconhecemos a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, comprometemo-nos a promover as opções de mobilidade sustentáveis. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover modos de transporte alternativos, viáveis e acessíveis a todos.**
- B. Aumentar a parte de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.**
- C. Encorajar a transição para veículos menos poluentes.**
- D. Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.**
- E. Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 6.

6.1. Reduzir a Necessidade de Utilização do Transporte Individual Motorizado e Promover Modos de Transporte Alternativos, Viáveis e Acessíveis a Todos

A nível do ordenamento do território e no planeamento da rede de equipamentos colectivos procura-se que haja aglomerados equilibrados e dotados dos necessários serviços. A cidade de Torres Vedras polariza no entanto os equipamentos de nível superior, por razões de rentabilidade e de economia de escala.

Relativamente ao transporte individual há compromissos assumidos internamente pela CMTV para se retirar uma quantidade significativa de automóveis do centro da cidade de Torres Vedras. Daí surgiram vários projectos integrados numa estratégia de mobilidade sustentável.

Há problemas ao nível dos tempos de estacionamento superiores a 8 horas. Para resolver este problema criou-se um parque de estacionamento na ExpoTorres servido por transporte público urbano (Vaivém) mas não houve grande adesão por parte dos munícipes.

Estão também a ser feitas obras de pedonalização, criando passeios mais amplos e de maior qualidade, tendo-se sempre presente a acessibilidade de pessoas com deficiências físicas, grávidas e carrinhos de bebé.

Com o Projecto Gulliver pretende-se fomentar o uso de transportes públicos na zona histórica da cidade. Estes autocarros eléctricos e de pequena dimensão são veículos rebaixados, facilitando a

utilização por pessoas idosas e com deficiências motoras (ex.: que usem cadeiras de rodas) e funcionará sem paragens pré-definidas.

6.2. Aumentar a Parte de Viagens Realizadas em Transportes Públicos, a Pé ou de Bicicleta

Há um projecto de construção de novas ciclovias ao longo das principais linhas de água: dois troços (Torres Vedras/Foz do Sizandro – 16 km e A-dos-Cunhados/Foz do Alcabrichel – 5 km) com ligação à ciclovia já existente na zona costeira. Este Projecto “Ciclovias e Eco Percursos ao longo dos Rios Sizandro e Alcabrichel” encontra-se na fase de anteprojecto, estando a ser desenvolvido em articulação com a requalificação das respectivas linhas de água.

Foi assinado ainda um protocolo com a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, do qual surgiu um estudo que prevê a realocação de placards publicitários, sinalização e cabines telefónicas e o rebaixamento de lancis em passadeiras. Poderá ser um factor positivo para o turismo sénior.

Torres Vedras tem aderido regularmente à iniciativa “Dia Europeu sem Carros”, sendo assinalado no ano de 2006 sob o tema “Alterações Climáticas”. Houve sessões de debate, acções de medição de ruído e exposições alusivas ao tema.

6.3. Encorajar a Transição para Veículos Menos Poluentes

Foi feita uma candidatura para instalação em Torres Vedras de um posto de abastecimento de gás natural. Como em Portugal apenas existem dois postos de abastecimento e como há kits de adaptação para usar em veículos convencionais, em caso de aprovação desta, espera-se fomentar o uso deste combustível mais limpo.

Enquanto este processo decorre, vão ser adquiridos pela CMTV veículos a gás natural para uso interno prevendo-se reduções de 30% nos custos de abastecimento.

Há ainda a anotar que, com o Projecto Gulliver, serão adquiridos veículos Minibus movidos a energia eléctrica.

6.4. Desenvolver um Plano de Mobilidade Urbana Integrado e Sustentável

A Estratégia de Mobilidade desenvolvida pela autarquia visa potenciar o estacionamento em zonas periféricas da cidade de Torres Vedras, servidas por transportes públicos oferecendo boas ligações ao interior da cidade. Para isso serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Irão ser taxados mais lugares de estacionamento no interior da cidade.

- Os parquímetros aplicarão preços superiores para períodos de tempo superiores a quatro horas.
- Serão criadas zonas de estacionamento gratuito para os residentes (em implementação).
- Relocalização do terminal de transportes públicos rodoviários do interior da cidade e local congestionado para o ExpoTorres (estrutura provisória estará em funcionamento em 2007).
- O autocarro Vaivém, que serve também o futuro terminal, passará a ser gratuito e haverá melhorias ao nível das acessibilidades pedonais (construção de canais de acesso: alargamento dos passeios e equipados com mobiliário, ciclovias, iluminação e desvio de trânsito).

Com a relocalização do terminal vão deixar de existir três paragens nas ligações dos autocarros com Lisboa, no entanto, não se prevê decréscimo de utilização pois a maioria dos utentes é de fora de Torres Vedras.

A utilização do comboio é relativamente baixa devido aos horários servirem pouco a população.

Está a ser feito um Estudo de Caracterização da Mobilidade com o IST/UTL e um Levantamento dos Pontos Negros com mais acidentes rodoviários do concelho juntamente com a corporação de bombeiros.

6.5. Reduzir o Impacto dos Transportes sobre o Ambiente e a Saúde Pública

Vai ser criado um interface de transportes públicos na ExpoTorres, com a relocalização do terminal de transportes públicos rodoviários, o que afastará dessa zona da cidade o tráfego de veículos pesados de transporte de passageiros e os demais veículos dos utentes deste serviço.

Para além disso prevê-se a construção de rotundas e colocação de semáforos com vista a redução das velocidades praticadas e que, com construção da nova variante, será retirado tráfego automóvel de atravessamento do Torres Vedras. A saúde pública, o ambiente e a segurança rodoviária serão beneficiados.

7. COMPROMISSO 7: ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

No âmbito do Compromisso 7, sobre **Acção Local para a Saúde**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a proteger e a promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Disseminar informação no sentido de se aumentar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os factores essenciais para uma vida saudável, a maioria dos quais se situa fora do sector restrito da saúde.**
- B. Promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades garantindo assim os meios indispensáveis para construir e manter parcerias estratégicas para a promoção da saúde.**
- C. Aumentar a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de relatórios sobre o progresso conseguido na redução das disparidades.**
- D. Promover estudos de avaliação de impacte na saúde, como meio de permitir a todos os sectores de actividade focar o seu trabalho na melhoria da saúde e da qualidade de vida.**
- E. Motivar os urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e desenho urbano.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 7.

7.1. Disseminar Informação no sentido de se Aumentar o Nível Geral dos Conhecimentos da População sobre os Factores Essenciais de uma Vida Saudável, a maioria dos quais se situa fora do Sector restrito da Saúde

Está a ser elaborado o Perfil e Plano de Saúde pela Câmara Municipal. Porém não existe neste momento um observatório da saúde.

Há acções de sensibilização e formação para o fomento da prática desportiva, e que indirectamente promove a melhoria da qualidade de vida e saúde dos munícipes.

Existe um programa criado pela autarquia, denominado Idosos Saudáveis e Activos (ISA), que incluiu um pacote de projectos dirigidos à população sénior. Estes encerram externalidades várias, contribuindo para fomentar a saúde e a qualidade de vida. Pela sua abrangência e importância aprofunda-se mais este projecto ISA, cuja missão é:

- Incentivar hábitos de vida saudáveis como forma de combater o isolamento e a inactividade da população idosa;
- Valorizar a capacidade, da população sénior, na participação da vida activa;
- Manter em funcionamento regular e ao serviço da comunidade património histórico de manifesto interesse público.

O projecto iniciou-se em Torres Vedras em Outubro de 2003, como experiência-piloto, na vertente da segurança das crianças que atravessam as passagens pedonais junto aos estabelecimentos de ensino, abrangendo duas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Cidade. As pessoas seleccionadas são alvo de uma acção de formação teórico-prática, ministrada pela Polícia de Segurança Pública e a Câmara Municipal.

Compõe-se de dois programas: um de segurança rodoviária e outro ligado ao património. Qualquer pessoa acima dos 65 anos e condições físicas e psiquiátricas e facilidade nas relações humanas pode inscrever-se nestas actividades que têm uma remuneração simbólica

Através programa “ISA Património” são abertos ao público monumentos existentes na Cidade de Torres Vedras que se encontram normalmente encerrados, sendo o respectivo funcionamento assegurado por pessoas que aderem ao programa.

O programa “ISA Segurança Rodoviária” consiste na colocação de uma pessoa junto às passagens de peões (passadeiras) sobretudo nas horas de entrada e saída das crianças das escolas, ajudando-as a atravessar estrada em segurança. Este projecto é coordenado pela Câmara Municipal de Torres Vedras, com a parceria da Associação de Reformados do concelho de Torres Vedras, da Polícia de Segurança Pública de Torres Vedras e da Associação de Reformados da cidade.

Há ainda acções pontuais de sensibilização e rastreio na comemoração nacional ou internacional de determinadas efemérides.

7.2. Promover o Planeamento Urbano para o Desenvolvimento Saudável das nossas Cidades garantindo assim os Meios Indispensáveis para construir e manter Parcerias Estratégicas para a Promoção da Saúde

A câmara municipal implementou um programa de expressão físico-motora em parceria com a Associação de Educação Física de Torres Vedras e as freguesias do concelho que dispunham de piscinas.

Houve também um investimento acentuado na cidade, e em algumas freguesias, em circuitos de manutenção, ciclovias e espaços verdes e lúdicos. Há ainda a referir que, um dos compromissos eleitorais foi a criação de um campo relvado em todas as sedes de freguesia como forma de fomentar a prática desportiva.

Para além dos equipamentos desportivos e espaços de lazer supra mencionados, surge também com grande importância, as excelentes condições proporcionadas pelo Parque Verde da Várzea que funciona como espaço âncora de socialização que fomenta a prática desportiva e o usufruto de espaços verdes.

Com as intervenções que se prevê concretizar na zona histórica (aumento das áreas pedonalizadas, desvio de tráfego automóvel e implementação de mobiliário urbano) perspectiva-se a sua apropriação e redescoberta pelos cidadãos.

É ainda de referir que, com a realocização do terminal rodoviário e da Fundação de Dois Portos afastar-se-ão dois focos de poluição de zonas residenciais.

A nível de adesão a movimentos internacional, a Câmara Municipal de Torres Vedras aderiu formalmente à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, no dia 27 de Dezembro de 2004, com a seguinte declaração de compromisso:

- Desenvolver localmente o Projecto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde,
- Zelar pelo cumprimento dos princípios e estratégias da Saúde para Todos, de forma a elevar o nível de Saúde das comunidades,
- Desenvolver "ferramentas" de monitorização e avaliação dos ganhos em saúde, designadamente o Perfil e o Plano de Desenvolvimento de Saúde,
- Trabalhar em Parceria com os municípios que integram a Rede,
- Apoiar o trabalho da Rede Portuguesa nos planos nacional e internacional,
- Pugnar pela divulgação da Rede Portuguesa apoiando a adesão de novos membros.

7.3. Aumentar a Equidade no Acesso à Saúde com Especial Atenção aos Pobres, o que requer a Elaboração regular de Relatórios sobre o Progresso conseguido na Redução das Disparidades.

A Câmara Municipal neste aspecto apenas pode desempenhar uma função indirecta pois não têm competências específicas no tema. No entanto, com a construção do perfil e plano de saúde, intenta-se diagnosticar o estado da saúde da população.

Observa-se que há uma taxa significativa de cobertura de médico de família mas existem assimetrias litoral/interior no que respeita a uma maior prevalência de médicos de extensões no centro de saúde situados no litoral.

7.4. Promover Estudos de Avaliação de Impacte na Saúde, como meio de permitir a todos os Sectores de Actividade focar o seu Trabalho na melhoria da Saúde e da Qualidade de Vida

Não existem estudos realizados. Contudo, já foi ministrada formação nesta área a uma das técnicas da autarquia.

7.5. Motivar os Urbanistas para Integrarem Condicionantes de Saúde nas Estratégias de Planeamento e Desenho Urbano

Não acontece explicitamente, mas há alguma sensibilidade em relação aos materiais e eficiência energética e há algumas participações em seminários e formações nesta área.

Para além disso, o desenho urbano já enquadra, por exemplo, questões de salubridade, de qualidade do espaço edificado proporcionando bem-estar emocional.

8. COMPROMISSO 8: ECONOMIA DINÂMICA E SUSTENTÁVEL

No âmbito do Compromisso 8, sobre **Economia Dinâmica e Sustentável**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a apoiar e a criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e a formação de empresas.**
- B. Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar boas práticas empresariais.**
- C. Desenvolver e implementar princípios de sustentabilidade para a localização de empresas.**
- D. Encorajar o mercado de produtos locais e regionais de alta qualidade.**
- E. Promover um turismo local sustentável.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 8.

8.1. Introduzir Medidas para Estimular o Emprego Local e a Formação de Empresas

A CMTV constituiu um Gabinete de Apoio às empresas e dispõe de um atendimento personalizado aos empresários, ou potenciais empresários, mediante marcação prévia pelos contactos telefónicos e por email, disponíveis na Internet.

O Gabinete está a realizar estudos de caracterização e identificação das entidades sedeadas no concelho. Numa fase posterior será feito um levantamento sectorial e identificação dos pontos onde a CMTV melhor poderá prestar auxílio.

8.2. Cooperar com o Tecido Empresarial Local para Promover e Implementar Boas Práticas Empresariais

Fornecer algum do “*know how*” da CMTV, nomeadamente ao nível de “*Green Procurement*”, conhecimento esse adquirido através do GreenMed e do ICLEI.

Porém não existem regras de sustentabilidade específicas a seguir, para além das exigências legais aplicáveis.

8.3. Desenvolver e Implementar Princípios de Sustentabilidade para a Localização de Empresas

Existem dois parques industriais no concelho, mas por vezes as áreas e preços são demasiado elevados para algumas PME. A criação de Áreas de Localização Empresarial é um dos compromissos da CMTV.

A um nível mais operativo, com a revisão do PDM foram criadas regras muito claras acerca de compatibilidades e áreas, áreas urbanas, áreas empresariais, áreas industriais, áreas agrícolas e áreas mistas: industriais/comerciais, industriais, mas com possibilidade de alguma construção (ex.: casa do guarda), industriais/empresariais.

8.4. Encorajar o Mercado de Produtos Locais e Regionais de Alta Qualidade

É realizada uma Feira Rural mensalmente nos meses de Março a Outubro. Esta actividade tem muito sucesso e divulga muitos produtos de pequenos produtores locais. Para além disso fomenta o comércio e restauração tradicionais.

O Mercado Abastecedor semanal também é bastante importante neste escoamento e divulgação de produtos apesar de actuar numa escala mais pequena.

8.5. Promover um Turismo Local e Sustentável

Poderá potenciar-se dois percursos já existentes: Rota das Linhas de Torres e Rota do Vinho. Para além disso há vários empreendimentos turísticos, alguns deles de elevada qualidade. Aqui o caminho parece ser o de melhorar a sua gestão ambiental.

O turismo de Santa Cruz e toda a restante zona litoral tem sido com base essencialmente nas valências sol e praia. Atrai muitos visitantes nos meses de Verão.

Apesar de todo o trabalho da autarquia associado à campanha da Bandeira Azul e da requalificação das praias, há ainda margem significativa para melhorar a sustentabilidade do turismo na orla costeira do concelho.

9. COMPROMISSO 9: EQUIDADE DE JUSTIÇA SOCIAL

No âmbito do Compromisso 9, sobre **Equidade e Justiça Social**, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a assegurar comunidades inclusivas e solidárias. Por isso vamos trabalhar para:

- A. Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza.**
- B. Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais.**
- C. Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros.**
- D. Aumentar a segurança da comunidade.**
- E. Garantir habitação e condições de vida de boa qualidade e socialmente adequadas.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 9.

9.1. Desenvolver e Implementar Programas para Prevenir e Reduzir a Pobreza

No âmbito da Rede Social, dinamizada pela autarquia, foram elaborados o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção Social do Concelho. A Rede Social tem por objectivo central a redução e prevenção da pobreza. Os objectivos específicos são:

- Induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- Formar qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;
- Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

A Rede Social pode ser definida como um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte da autarquia e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. Estas entidades devem concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Estão reunidas no Conselho Local de Acção Social de Torres Vedras.

No âmbito da Rede Social de Torres Vedras foi também produzido um “Guia de Recursos Sociais”, que contém a indicação e caracterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no Concelho.

A Rede Social tem funcionado bem e os projectos aí previstos de luta e prevenção da pobreza estão a ser implementados.

9.2. Assegurar o Acesso Equitativo aos Serviços Públicos, à Educação, a Oportunidades de Emprego, à Formação Profissional, à Informação e a Actividades Culturais.

A intervenção social da autarquia incide em muitas das dimensões indicadas nesta rubrica dos Compromissos. Há ainda uma tentativa de diminuir as assimetrias territoriais entre litoral / cidade / interior, agindo de forma localizada e estratégica na resolução dos problemas de acordo com o diagnóstico social participado.

Estão em curso vários projectos. Exemplos:

- Projecto “Mão-Cheia”: equipa multidisciplinar actua de forma descentralizada complementando o trabalho realizado nas escolas. Intervêm com os alunos, pais e comunidade educativa de forma integrada. Efectuam diagnósticos psicológicos e implementam planos de intervenção individualizados.
- Projecto “Peti”: pretende reabsorver para o sistema formal de ensino jovens que não concluíram a escolaridade básica obrigatória, que se encontram em risco de exclusão.
- Univa: orientação vocacional para jovens em situação de procura do 1º emprego e acções de formação (técnicas de procura de emprego).
- Projectos culturais diversos: serviço educativo de alguns equipamentos culturais (ex.: galeria e biblioteca), tentando combater o elitismo da cultura, aproximando-a das populações. As acções são feitas em parceria com as escolas.

Há ainda a realização de um Fórum Social juntamente com o Município da Lourinhã, com periodicidade bienal. Conta com a participação de diversos actores de diferentes sectores e cidadãos em geral que, em conjunto, discutem problemas do foro social e modos de ajudar a combater as assimetrias. Constitui o exemplo de uma boa prática que fomenta a participação dos cidadãos em geral.

A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos. A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, tendo sido aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

No âmbito da Acção Social Escolar, a Câmara Municipal promove anualmente, para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, a atribuição de auxílios económicos directos mediante a entrega de manuais escolares com os respectivos cadernos e fichas de trabalho, dicionários e gramáticas, bem como o acesso à refeição para todos os alunos abrangidos pela Acção Social Escolar.

O serviço de transporte escolar é assegurado pela autarquia e é um direito de cada aluno, relativamente à deslocação entre o local de residência e o estabelecimento de ensino, quando residam a mais de 4 km do local de ensino, e que tenham sido matriculados compulsivamente em estabelecimentos de ensino situados fora das áreas das respectivas residências.

O Serviço de Apoio à Família - Educação (SAF) faz parte integrante das actividades desenvolvidas no Jardim de Infância distinguindo-se da componente curricular, sendo coordenado em conjunto pela Educadora responsável, Agrupamento de Escolas e a Autarquia, integrando o serviço de refeição/almoço e o tempo de animação social e educativa (prolongamento de horário).

Está regulamentado por um conjunto de normas que o ordenam relativamente à sua implementação, funcionamento, frequência, participações familiares demarcadas em 6 escalões, e respectivos pagamentos durante a sua concretização, sendo aplicável nos Jardins-de-infância da Rede Pública do Concelho de Torres Vedras em horário extra lectivo.

Todos os anos lectivos o Município de Torres Vedras tem ao dispor de todos os estabelecimentos de ensino da rede escolar do Concelho a possibilidade efectuarem uma visita de estudo, normalmente num raio de 150 km, tendo em conta os projectos educativos respectivos de cada estabelecimento de ensino.

Há ainda a referir a existência do Banco de Voluntariado, promovido pela autarquia. É um Local de encontro entre pessoas que expressam vontade de ser voluntários e entidades promotoras que reúnam condições de integrar voluntários. Promove a prestação de um conjunto de acções, não numeradas, de interesse social e comunitário. Áreas de Interesse: Solidariedade Social, Saúde, Cultura, Educação, Saúde, Desporto, Protecção Civil, outras.

No aspecto da cultura sublinha-se a Biblioteca Municipal de Torres Vedras. É uma biblioteca pública e os serviços da biblioteca são oferecidos com base na igualdade de acesso a todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Os principais objectivos deste espaço público são:

- Educação: Promover e fornecer meios para o auto-desenvolvimento do indivíduo/grupo, seja qual for o seu nível de educação, eliminando a barreira entre o indivíduo e os conhecimentos.
- Informação: Fornecer ao indivíduo/grupo informação certa, com rapidez e em profundidade, particularmente sobre assuntos de interesse corrente.
- Cultura: Ser um dos principais centros da vida cultural e promover uma maior fruição, prazer e apreciação de todas as artes.

- Lazer: Participar no encorajamento à utilização positiva do lazer e facultar meios de mudança e descontração.

Ainda relativamente à cultura, refere-se o Edifício dos Paços do Concelho com um dos centros de cultura mais recentes e relevantes. É um edifício centenário modernamente equipado que se situa na zona histórica da cidade e que assim tem um papel positivo na sua revitalização.

O rés-do-chão do edifício acolhe uma Galeria de Arte, um Bar de Leitura (onde é possível consultar os periódicos da Biblioteca Municipal e aceder à Internet) e um "Posto de Atendimento ao Cidadão". No 1º Andar situa-se o Salão Nobre da Câmara Municipal, onde se realizarão doravante as sessões da Assembleia Municipal e as reuniões públicas da Câmara Municipal.

No Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) de Torres Vedras é disponibilizado aos munícipes um vasto conjunto de serviços em áreas como a Saúde ou a Justiça, funcionando como extensão física e virtual da "Loja do Cidadão". É um ponto único de contacto onde um "assistente de cliente" responde às diversas solicitações do munícipe.

- Fornece informação ao cidadão;
- Recebe pedidos dos cidadãos, relativos aos produtos que neles são disponibilizados;
- Encaminha os pedidos para as diversas entidades, permitindo-lhes acompanhar a evolução do seu processo.

Na vertente da educação pela arte e com o objectivo de fomentar na população mais jovem do concelho o interesse pela visita das exposições realizadas no Edifício dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Torres Vedras oferece um conjunto de propostas que procuram alargar e diversificar os campos de intervenção educativa.

Para tal, foi criado um programa pedagógico anual, com um leque mais alargado de actividades: visitas a ateliers, em torno de exposições temporárias, dirigido a grupos escolares (1º ciclo) e a grupos familiares; a realização de uma oficina semanal, independente da programação da galeria, dirigida a crianças dos 6 aos 12 anos. Pretende-se, deste modo, proporcionar momentos ricos de criatividade, descoberta e partilha através do cruzamento de diferentes linguagens artísticas e de diferentes públicos.

9.3. Promover a Inclusão Social e a Igualdade entre os Géneros

A rede social actua de uma maneira eficaz, não existindo casos flagrantes de exclusão social. Não há bairros sociais, apesar do Bairro da Boavista ser um pouco conotado com esta tipologia. Até mesmo aqui não foram detectados casos flagrantes de exclusão social, não havendo situações a descoberto.

Não existem estatísticas oficiais sobre o número de imigrantes, no entanto, detecta-se a existência de imigrantes provenientes do leste da Europa e do Brasil.

Não há problemas de integração a assinalar, e assistindo-se a uma maior facilidade de inclusão e emprego nas zonas mais interiores e rurais.

A Associação de Mulheres Contra a Violência colabora com a CMTV, prestando um acompanhamento de mulheres vítimas da violência.

Existe ainda uma casa de acolhimento para crianças retiradas das famílias.

O Centro de Informação Municipal à Juventude é um espaço destinado a todos os jovens do concelho, onde podem obter diversas informações e serviços nas diversas áreas que vão desde o emprego, acesso ao ensino superior, pousadas da juventude, cursos de informática, saúde juvenil, até ao cartão-jovem. Neste espaço centraliza-se toda a informação, facilitando a pesquisa e o acesso à informação.

O Centro de Divulgação das Tecnologias de Informação de Torres Vedras tem como objectivo fazer chegar as tecnologias de informação aos munícipes, disponibilizando cursos de informática de curta duração para todas as idades, a preços bastante acessíveis.

9.4. Aumentar a Segurança da Comunidade

No âmbito de acções desenvolvidas no decurso da Festa d'Outono, houve acções de formação para idosos pela GNR e PSP na prevenção contra fraudes.

Mais a um nível de segurança rodoviária, existe o Projecto ISA, no qual munícipes idosos, colocados junto de escolas do 1º ciclo, auxiliam as crianças na travessia da estrada nas horas de maior afluência de trânsito. Esta actividade permite-lhes auferirem de uma pequena gratificação.

9.5. Garantir Habitação e Condições de Vida de Boa Qualidade e Socialmente Adequadas

O Bairro da Boavista surgiu da necessidade de realojar munícipes que perderam a sua casa devido a cheias e que viviam em casas de construção precária estando hoje em dia a população completamente integrada.

A gestão do mesmo foi transferida para a CMTV, havendo actualmente a funcionar no local um Centro de Intervenção Comunitário, que funciona em rede com a Câmara, e uma Associação de Jovens. Para além disso, têm sido levadas a cabo intervenções na zona envolvente do bairro, perspectivando-se a construção de um parque infantil, zona de merendas e churrasco e área desportiva.

Para munícipes que não tenham possibilidades económicas para proceder a obras de manutenção nas suas casas, a CMTV disponibiliza o Programa de Melhoramentos Habitacionais, no qual ajuda financeira e logística os cidadãos.

Com o Programa Pró Habita está também a ser feito um levantamento das pessoas inscritas para habitação social e de fogos devolutos que poderão ser reabilitados

10. COMPROMISSO 10: DO LOCAL PARA O GLOBAL

No âmbito do Compromisso 10, sobre “Do Local para o Global”, a autarquia assumiu, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, o seguinte firme propósito:

Nós comprometemo-nos a assumir as nossas responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima. Por isso vamos trabalhar para:

- A Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito de estufa.**
- B Integrar a política de protecção climática nas nossas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.**
- C Disseminar informação sobre as causas e os impactes prováveis das alterações climáticas, e integrar medidas de prevenção na nossa política referente às alterações climáticas.**
- D Reduzir o nosso impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.**
- E Reforçar a cooperação internacional de vilas e cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais, comunidades e outros actores relevantes.**

Aponta-se seguidamente o estado da situação actual relativamente a cada uma destas 5 rubricas do Compromisso N.º 10.

10.1. Elaborar e seguir uma abordagem Estratégica e Integrada para Minimizar as Alterações Climáticas e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de Emissões de Gases geradores do Efeito de Estufa

Está a ser elaborada uma Estratégia de Mobilidade que terá como contributo uma redução na emissão de GEE e de outros poluentes atmosféricos.

Há ainda uma aposta que começa a ganhar algum significado na eficiência energética dos edifícios e em fontes de energia renováveis.

A CMTV tem aumentado significativamente a plantação de árvores, em muitos casos espécies autóctones. Um dos objectivos é constituir sumidouros de carbono.

10.2. Integrar a Política de Protecção Climática nas nossas Políticas de Energia, de Transportes, de Consumo, de Resíduos, de Agricultura e de Florestas

Este ponto é contemplado pela Estratégia de Mobilidade e pelo Plano Municipal de Ambiente “Torres XXI”.

10.3. Disseminar informação sobre as causas e os Impactes Prováveis das Alterações Climáticas, e integrar Medidas de Prevenção na nossa Política referente às Alterações Climáticas

Existem acções de sensibilização ambiental relativas a alterações climáticas e como reduzir os seus efeitos.

10.4. Reduzir o nosso Impacto no Ambiente Global e Promover o Princípio da Justiça Ambiental

A Câmara conseguiu implantar um grande espaço verde público na cidade de Torres Vedras “o Parque Verde da Várzea”. Há neste parque muita vegetação e amplos espaços verdes, os quais melhoram não só o ambiente local como o ambiente global.

10.5. Reforçar a Cooperação Internacional de Vilas e Cidades e Desenvolver Respostas Locais para Problemas Globais em parceria com outros Governos Locais, Comunidades e outros Actores Relevantes

Geminação com a cidade de Wellington e Ville Nave D’ Ornon.

Com o projecto GreenMed, a CMTV tem trabalhado com o CENDES - Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), na área das compras públicas ambientalmente orientadas.

O Concelho coopera com associações e empresas multimunicipais como: a Associação dos Municípios do Oeste, a Águas do Oeste, SA, a Resioeste, a Pisoeste, a Região de Turismo do Oeste, a AMAGÁS, a AMEGA, o CIVITAS, a Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos e a Rede de Cidades Saudáveis.

A Autarquia possui ainda protocolos de colaboração técnica com a Universidade de Évora (UE), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL) e com o Instituto Superior Técnico (IST/UTL).

ANEXO I

AALBORG+10 Inspirando o Futuro

Versão Portuguesa: Prof. Doutor João Farinha e Dr.^a Lurdes Poeira, participantes na Conferência.

A Nossa Perspectiva Comum

Nós, Autoridades Locais Europeias, unidas na **Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis**, reunidas na **Conferência Aalborg+10**, confirmamos a nossa perspectiva comum de um futuro sustentável para as nossas comunidades.

A nossa perspectiva refere-se a **cidades e vilas inclusivas, prósperas, criativas e sustentáveis**, que proporcionam uma **boa qualidade de vida a todos os cidadãos** e permitem a sua **participação** em todos os aspectos relativos à vida urbana. Desde a Cimeira do Rio em 1992 e a adopção, em 1994, dos princípios de sustentabilidade explicitados na **Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg** – a nossa perspectiva desenvolveu-se através do **Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção”**, de 1996, da **Declaração de Hannover dos Presidentes de Municípios Europeus “Na Viragem para o Século XXI”**, de 2000, e da **“Declaração de Joanesburgo”**, de 2002. Consideramos a Conferência **“Inspirando o Futuro – Aalborg +10”**, de 2004, mais um marco neste processo em desenvolvimento.

Os Nossos Desafios

Ao cumprir as nossas responsabilidades de governo e gestão locais, estamos cada vez mais sujeitos às pressões conjuntas da globalização económica e do desenvolvimento tecnológico. Somos também confrontados com alterações económicas profundas e com ameaças e riscos, naturais e humanos, para as nossas comunidades e recursos.

Enfrentamos desafios difíceis: criar emprego numa economia baseada no conhecimento, combater a pobreza e exclusão social, assegurar uma protecção efectiva do nosso ambiente, reduzir a nossa pegada ecológica, responder às alterações demográficas e gerir a diversidade cultural, assim como, evitar os conflitos e manter a paz em comunidades já fustigadas pela guerra.

As Nossas Responsabilidades

Temos um papel fulcral em assegurar o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que respondemos aos desafios em cooperação com outros níveis de governo. Este papel fulcral exige que adoptemos uma abordagem mais enérgica e integrada nas políticas locais, compatibilizando os objectivos ambientais, sociais, culturais e económicos. Simultaneamente devemos garantir que os nossos esforços para melhorar a qualidade de vida local não põem em risco a qualidade de vida de pessoas noutras partes do mundo ou das gerações futuras.

Somos, no dia-a-dia, o nível de governo mais próximo dos cidadãos europeus e detemos oportunidades únicas para influenciar comportamentos individuais no sentido da sustentabilidade, através da educação e de campanhas de sensibilização.

Podemos, a nível local, apoiar a implementação de estratégias e políticas europeias, tais como, a **Estratégia de Lisboa**, a **Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia**, o **6.º Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente**, a próxima **Estratégia Temática da UE sobre o Ambiente Urbano** e as **Iniciativas Europeias** para as **Alterações Climáticas, Saúde, Governação** e implementação dos **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, da ONU, e do **Plano de Implementação de Joanesburgo**.

A Nossa Resposta: Os Compromissos de Aalborg

Nós, **Autoridades Locais Europeias**, assumimos estes desafios e aceitamos as nossas responsabilidades. Adoptamos "**Os Compromissos de Aalborg**" como um importante avanço na concretização da **Agenda** em **Ação** estratégica e coordenada.

Concentraremos os nossos esforços para alcançar o desenvolvimento local sustentável, retirando inspiração dos princípios de sustentabilidade presentes na Carta de Aalborg. Pretendemos traduzir a nossa perspectiva comum, para um futuro urbano sustentável, em **metas** concretas de sustentabilidade e **ações** ao nível local. Adoptamos os "**Compromissos de Aalborg**" como um recurso a partir do qual iremos seleccionar prioridades apropriadas às nossas realidades e necessidades locais, que deverão ter em atenção o respectivo impacte global. Iniciaremos um processo local e participativo no sentido de identificar metas específicas e horizontes temporais para monitorizar o progresso alcançado

Os Nossos Parceiros

Incitamos todas as **Autoridades Locais** e **Regionais Europeias** a juntarem-se a nós, assinando os **Compromissos de Aalborg** e informando a Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis dessa decisão.

Incitamos as nossas **Associações Nacionais de Autoridades Locais e Regionais**, os nossos **Governos Nacionais**, a **Comissão Europeia** e outras **Instituições Europeias** a reconhecerem os **Compromissos de Aalborg**, como um contributo significativo para os esforços europeus no sentido de se alcançar a sustentabilidade, e a apoiarem o nosso trabalho no quadro dos **Compromissos de Aalborg**.

Incitamos as **Redes de Autoridades Locais**, incluindo **Associação das Cidades e Regiões para a Reciclagem (ACRR)**; **Climate Alliance - Klima-Bündnis - Alianza del Clima e.V.**; **Conselho de Municípios e Regiões Europeias (CEMR)**; **Energie-Cités**; **EUROCITIES**; **ICLEI - Local Governments for Sustainability**; **Medcities**; **União das Cidades do Báltico (UBC)**; e **Organização Mundial de Saúde (WHO) – Cidades Saudáveis**, a apoiarem o nosso trabalho, no quadro dos **Compromissos de Aalborg**, a assistirem-nos a alcançar e a monitorizar o nosso progresso, e a tornarem acessíveis os campos de conhecimento em que são peritos.

ANEXO II

OS COMPROMISSOS DE AALBORG

**Aprovados por Aclamação na Conferência Aalborg+10
12 Junho 2004**

Tradução da versão Portuguesa: Prof. Doutor João Farinha e Dr.^a Lurdes Poeira, participantes na Conferência.

1. Governância

Nós comprometemo-nos a enriquecer os nossos processos de decisão através de maior democracia participativa.

Por isso vamos trabalhar para:

- 1.1 Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para a cidade sustentável.
- 1.2 Fomentar a capacidade de participação e de acção para o desenvolvimento sustentável tanto na comunidade local como na administração local.
- 1.3 Apelar a todos os sectores da sociedade civil local para a participação efectiva nos processos de decisão.
- 1.4 Tornar as nossas decisões claras, rigorosas e transparentes.
- 1.5 Cooperar efectivamente e em parcerias com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, e outros níveis de administração.

2. Gestão Local para a Sustentabilidade

Nós comprometemo-nos a implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação.

Por isso vamos trabalhar para:

- 2.1 Reforçar os processos de Agenda 21 Local ou outros com vista ao desenvolvimento sustentável local e integrá-los, de forma plena, no funcionamento da administração local.
- 2.2 Realizar uma gestão integrada para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.
- 2.3 Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um programa de monitorização destes Compromissos.
- 2.4 Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão a nível urbano, bem como uma atribuição de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.
- 2.5 Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas redes de cidades para monitorizar e avaliar o nosso progresso tendo em vista alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas.

3. Bens Comuns Naturais

Nós comprometemo-nos a assegurar plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais.

Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- 3.1 Reduzir o consumo de energia primária e aumentar a parte de energias renováveis nesse consumo.
- 3.2 Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.
- 3.3 Promover e aumentar a biodiversidade, e alargar e cuidar de áreas naturais especiais e de espaços verdes.
- 3.4 Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e a florestação sustentáveis.
- 3.5 Melhorar a qualidade do ar.

4. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida

Nós comprometemo-nos a adoptar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis.

Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- 4.1 Evitar e reduzir os resíduos, e aumentar a reutilização e a reciclagem.
- 4.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.
- 4.3 Evitar os desperdícios de energia, e melhorar a eficiência energética.
- 4.4 Adoptar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.
- 4.5 Promover activamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de comércio justo.

5. Planeamento e Desenho Urbano

Nós comprometemo-nos a reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Por isso vamos trabalhar para:

- 5.1 Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.
- 5.2 Evitar a expansão urbana, dando prioridade ao desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados, através da recuperação dos espaços urbanos degradados e assegurando densidades urbanas apropriadas.
- 5.3 Assegurar a compatibilidade de usos ao nível dos edifícios e áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, habitação e equipamentos, dando prioridade aos usos residenciais nos centros das cidades.
- 5.4 Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do nosso património cultural urbano.
- 5.5 Adoptar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis e promover a arquitectura e as tecnologias de construção de alta qualidade.

6. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

Nós reconhecemos a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, comprometemo-nos a promover as opções de mobilidade sustentáveis.

Por isso vamos trabalhar para:

- 6.1 Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover modos de transporte alternativos, viáveis e acessíveis a todos.
- 6.2 Aumentar a parte de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.
- 6.3 Encorajar a transição para veículos menos poluentes.
- 6.4 Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.
- 6.5 Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.

7. Acção Local para a Saúde

Nós comprometemo-nos a proteger e a promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.

Por isso vamos trabalhar para:

- 7.1 Disseminar informação no sentido de se aumentar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os factores essenciais para uma vida saudável, a maioria dos quais se situa fora do sector restrito da saúde.
- 7.2 Promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades garantindo assim os meios indispensáveis para construir e manter parcerias estratégicas para a promoção da saúde.
- 7.3 Aumentar a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de relatórios sobre o progresso conseguido na redução das disparidades.
- 7.4 Promover estudos de avaliação de impacte na saúde, como meio de permitir a todos os sectores de actividade focar o seu trabalho na melhoria da saúde e da qualidade de vida.
- 7.5 Motivar os urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e desenho urbano.

8. Economia Local Dinâmica e Sustentável

Nós comprometemo-nos a apoiar e a criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.

Por isso vamos trabalhar para:

- 8.1 Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e a formação de empresas.
- 8.2 Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar boas práticas empresariais.
- 8.3 Desenvolver e implementar princípios de sustentabilidade para a localização de empresas.
- 8.4 Encorajar o mercado de produtos locais e regionais de alta qualidade.
- 8.5 Promover um turismo local sustentável.

9. Equidade e Justiça Social

Nós comprometemo-nos em assegurar comunidades inclusivas e solidárias.

Por isso vamos trabalhar para:

- 9.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza.
- 9.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais.
- 9.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros.
- 9.4 Aumentar a segurança da comunidade.
- 9.5 Garantir habitação e condições de vida de boa qualidade e socialmente adequadas.

10. Do Local para o Global

Nós comprometemo-nos a assumir as nossas responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima.

Por isso vamos trabalhar para:

- 10.1 Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito de estufa.
- 10.2 Integrar a política de protecção climática nas nossas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.
- 10.3 Disseminar informação sobre as causas e os impactes prováveis das alterações climáticas, e integrar medidas de prevenção na nossa política referente às alterações climáticas.
- 10.4 Reduzir o nosso impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.
- 10.5 Reforçar a cooperação internacional de vilas e cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais, comunidades e outros actores relevantes.

RECONHECENDO E APROVANDO O ACIMA DESCRITO, ATRAVÉS DA MINHA/NOSSA ASSINATURA:

2. Aprovo(amos) a Carta de Aalborg.
3. Aprovo(amos) os Compromissos de Aalborg.
4. Concordo(amos) em produzir um Documento Base sobre o Estado da Situação Actual referente aos temas contidos nos **Compromissos de Aalborg** que sirva de ponto de partida para o nosso processo de estabelecimento de metas. Este Documento Base será produzido no espaço de 12 meses após a data da nossa assinatura. A análise da situação actual incluirá o contexto das políticas, referir-se-á a compromissos da autarquia para com a sustentabilidade e descreverá os principais desafios actuais.
5. Concordo(amos) em entrar num **processo participativo local para o estabelecimento de metas**, que incorpore a Agenda 21 Local ou outro processo de acção local para a sustentabilidade e que tenha em consideração os resultados do Documento Base sobre o Estado da Situação Actual.

6. Concordo(amos) em estabelecer prioridades nas nossas tarefas, com o objectivo de abordar os dez Compromissos em:
1. GOVERNÂNCIA
 2. GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE
 3. BENS COMUNS NATURAIS
 4. CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILOS DE VIDA
 5. PLANEAMENTO E DESENHO URBANO
 6. MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO
 7. ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE
 8. ECONOMIA LOCAL DINÂMICA E SUSTENTÁVEL
 9. EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL
 10. DO LOCAL PARA O GLOBAL
7. Concordo(amos) em **estabelecer metas específicas para a nossa situação** no espaço de 24 meses após a data da nossa assinatura, tomando em consideração o Anexo dos Compromissos de Aalborg como uma fonte de inspiração e, estabelecer horizontes temporais relativos às metas que sejam adequadas para demonstrar progresso nos nossos Compromissos.
8. Concordo(amos) em realizar periodicamente uma **monitorização dos nossos resultados face aos Compromissos de Aalborg**, a disponibilizar aos nossos cidadãos.
9. Concordo(amos) em **fornecer periodicamente informação** à Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, acerca das nossas metas e do nosso progresso, e através dessa cooperação, analisar o progresso alcançado e aprender mutuamente. Uma primeira avaliação Europeia está agendada para o ano de 2010, com revisões subseqüentes em cada ciclo de 5 anos.

Nome(s) completo(s) e função(ões) em letra de imprensa e maiúsculas:

Governo local / regional ou organização:

Local e data da assinatura:

Assinatura(s):
